

# Lei Ordinária nº 1785/2011

# ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - MS EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO PIMENTEL DUAILIBI, Prefeito do Município de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Camapuã aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Publicada em 13 de dezembro de 2011

### Art. 1°.

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Camapuã - MS, para o exercício financeiro de 2012, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor de R\$ 37.915.000,00 líquido, já deduzido a contribuição dos 20% para o FUNDEB, descriminados pelos anexos integrantes desta lei.

**Art. 2°.** A receita decorrerá da arrecadação dos tributos e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

# 1— RECEITAS DE TODAS AS FONTES DEDUZIDAS AS CONTAS REDUTORAS

RECEITA CORRENTE□	R\$	33.717.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	R	\$ 3.895.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO□	R\$	1.314.500,00
RECEITA PATRIMONIAL□	R\$	504.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS□	R	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES□	R\$	27.232.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R	766.500,00
RECEITA DE CAPITAL□	R\$	3.651.000,00
	_	+ 50,000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R	\$ 50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$	,
•		,
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$	1.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL□	R\$ R\$	1.000,00 3.600.000,00

### **TOTAL**

### Art. 3°.

A Despesa total do Município de R\$ 37.915.000,00 em valores líquidos, compõe-se do Orçamento Fiscal no valor de R\$ 27.335.000,00 e do Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 10.580.000,00.

**Parágrafo único.** - A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta lei, observando o seguinte desdobramento:

I -

# **DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA.**

DESPESAS CORRENTES R\$ 32.349.500,00DESPESAS DE CAPITAL R\$ 5.289.500,00RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 276.000,00TOTAL 37.915.000,00

II -

# **DESPESA POR FUNÇÃO**;

01 LEGISLATIVA	R\$	1.326.000,00	
02 JUDICIÁRIA	R\$	110.000,00	
04 ADMINISTRAÇÃO	R\$	4.816.500,00	
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.236.600,00	
09 PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$[1.244.000,00		
10 SAÚDE	R\$	7.100.000,00	
12 EDUCAÇÃO	R\$	8.859.900,00	
13 CULTURA	R\$ 405.000,00		
15 URBANISMO	R\$[]7	.189.000,00	
16 HABITAÇÃO	R\$□	100.000,00	
17 SANEAMENTO	R\$□	21.000,00	
18 GESTÃO AMBIENTAL	R\$□	16.000,00	
20 AGRICULTURA	R\$[]1.720.000,00		
25 ENERGIA	R\$[] 442.000,00		
27 DESPORTO E LAZER	R\$	161.000,00	
26 TRANSPORTE	R\$	458.000,00	
28 ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	1.510.000,00	
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00	

TOTAL R\$ 37.915.000,00

III -

#### **DESPESA POR PODERES DO MUNICÍPIO**

a) -

#### **PODER LEGISLATIVO**

1 - CÂMARA MUNICIPALBS 1.326.000,00

## b) - PODER EXECUTIVO.

01 - PREFEITURA MUNICIPAL□ R\$22.535.000,00 02— FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$\(\pi\)7.100.000,00 03 - FUNDEB□ R\$[]4.500.000,00 R\$[ 690.000,00 4—<u>F</u>UNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 5—FUNDO MUN. DE INVESTIMENTO SOCIAL R\$[] 283.500,00 06—FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 16.000,00 R\$∏ 07— FUNDO MUN. HABIT. DE INT. SOCIAL R\$□ 100.000,00 08—FUNDO ESPECIAL DE SUCUMBÊNCIA□ 17.000,00 R\$□ 9—INST. DE PREV. DO MUNIC. CAMAPUÃ R\$[]1.306.000,00 10— FUNDO MUN DA CRIANÇA E DO ADOLESC. R\$□ 41.500,00

TOTAL R\$\$7.915.000,00

#### Art. 4°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a;

- I Abrir Créditos Suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Despesa fixada nesta lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas no Artigo 43 da Lei Federal 4320/64, extensiva ao Poder Legislativo.
- II Realizar operações de crédito por antecipação da receita, conforme permissão contida no parágrafo 8° do Artigo 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso II do Artigo 167 ambos da Constituição Federal.

Parágrafo único. - Fica autorizado e não será computada para efeito do limite do inciso I deste Artigo.

- a) O remanejamento de dotações dentro da mesma Secretaria e Fundos através de Decreto nos termos do Artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, limitado ao Crédito autorizado para a respectiva unidade
- **b) -** A abertura de Créditos Adicionais para a adequação da Previsão Orçamentária para o Legislativo face ao limite Constitucional e adequação da despesa com os recursos oriundos de Convênios e dos Fundos limitados aos recursos efetivamente arrecadados.
- **Art. 5°.** Fica autorizada a inclusão de novos elementos de despesas nos respectivos programas aprovados nesta Lei mediante Decreto do Executivo.

Parágrafo único. - A inclusão de novos elementos não altera os valores dos créditos autorizados.

- **Art. 6°.** Autoriza o Executivo a promover a compatibilidade da Lei de Diretrizes Orçamentária LDO e da Lei do Plano Plurianual de Investimento PPA, com as alterações verificadas nesta Lei.
- **Art. 7°.** Esta lei entrará em vigor em 1° de janeiro de 2012, revogados as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã - MS, 13 de dezembro de 2011.

# MARCELO PIMENTEL DUAILIBI Prefeito Municipal